

A AMAZÔNIA
BRASILEIRA
E UMA
POSSÍVEL
EVOLUTIVOCOLOGIA

GILBERTO FREYRE

SEC-39592
- 3608 -

DOCUMENTAÇÃO
AGÊNCIA DA S. P. V. E. A.

Av. Franklin Roosevelt, 39 - 8º andar

Rio de Janeiro, G. B.

1964

AmM
14/4

Prefácio

O Professor Gilberto Freyre iniciou no Brasil uma nova etapa nos estudos de antropologia social e sociologia histórica. Cabe-lhe, com justiça, o título de renovador. E não é só. Gilberto Freyre construiu uma obra esplendidamente viva, repleta de valores humanos, ao lado do objetivismo científico que sempre acompanha os seus estudos.

"Casa Grande & Senzala" assinala um marco de transição na sociologia brasileira, revelando um espírito invulgar, que continua presente e magnetizante na vida cultural do país.

O método de Gilberto Freyre observar, analisar e interpretar os fatos sociais, com profunda intimidade humana, possui o sentido de manifestação de um novo espírito das sociedades que ele retrata. Esse espírito estava perdido nos tempos e na complexidade dos fatos que ele

ressuscitou dos arquivos e apreende na existência cotidiana, trazendo à tona coisas até então despercebidas, e construindo um mundo real, essencialmente humano, de gente "com sangue, carne e osso", no dizer de Paul V. Show.

O papel renovador de Gilberto Freyre está para a sociologia como o de João Ribeiro está para a história. Antes do humanista sergipano esta matéria não era encarada com objetivismo científico. Fazia-se, sômente, pura e simples reconstituição dos quadros políticos e administrativos, sem tentar uma identificação dos fatores que concorreram para o evento histórico.

João Ribeiro imprimiu nova metodologia na reconstituição do passado histórico brasileiro, a da *kulturgeschichte* alemã, que exerceu decisiva influência em seu pensamento, como a metodologia sociológica de Franz Boas e Franklin Giddings estimulou as raras aptidões intelectuais de Gilberto Freyre.

Assim como a história de João Ribeiro passou a ser uma síntese dramatizada da cultura, procurando fixar as tendên-

cias e características de nossa formação social, a sociologia de Gilberto Freyre fêz desabar uma revolução cultural no Brasil. Uma revolução que não pára, tornando o Brasil mais brasileiro.

É certo que a sociologia, antes de Gilberto Freyre já adquirira fóros de ciência desenvolvida, e vários de seus estudiosos, adeptos da escola francesa de Durkheim, de Le Play, ou das idéias de Haeckel, de Spencer, entre outros, produziram trabalhos de valor.

Porém, o mérito principal de Gilberto Freyre é haver associado à história, a sociologia, a antropologia e a psicologia, enriquecendo os seus livros de uma paisagem nova, originalíssima, dando-lhes uma dimensão intelectual extremamente sedutora. Aproveita-se de tudo o que é vida, e vida na expressão mais fiel da palavra, pois a história e a sociologia só se faz com a essência do humano.

Ele possui o segredo de saber ver e ouvir: "ouvir as vozes que chamam, que cantam, que rezam, que discutem, que rogam pragas, que apregoam doces nas ruas, que dizem versos nas salas, que cochicham in-

discrições nos cafés ou nas boticas, que sussuram boatos nas esquinas, que contam anedotas só para homens, que falam mal dos govêrnos, que discutem política", e, por fim, de analisar com agudeza o que vê e entrevê até mesmo indiscretamente, mas proveitosamente. Êste é o seu permanente estado d'alma, revelado por êle mesmo durante a viagem que empreendeu a terras portuguesas.

Daí a riqueza, o sabor, o pitoresco do estilo, o conteúdo espiritual, a densidade, nas obras de Gilberto Freyre. Ademais, suas palavras deslizam macias como aquêles rios mansos que cortam as terras gordas do Nordeste. Parece que suas idéias se semeiam no massapê oleoso dos canaviais para brotarem em frases de ternuras líricas no tratamento de paisagens, de seres, de coisas, de animais.

Emancipa-se de falsos preconceitos, convenções, hipocrisias, e disseca a sociedade humana, mostrando, às vêzes, a sua crua realidade. Autêntica e viva, a sociologia de Gilberto Freyre "deriva de seus olhos abertos, agudo sentido de farejar as coisas, sensibilidade tangível, ou-

vidos acurados e palestra especuladora", na opinião de Paul V. Show, que se lê no ensaio "Gilberto Freyre's Lusotropicalism".

Um outro prisma da obra de Gilberto Freyre é a arte de dizer segundo a maneira que Battista Vico já acentuara, isto é, com certas faculdades "ligadas à lógica da representação, da imaginação, da intuição". A sua objetividade científica é acompanhada pelo senso estético, o que o aproxima do conhecido conceito de Jacques Levigne: "A ciência reduz a realidade a um esquema e a arte faz dela uma presença que comove".

Isto porque a Gilberto Freyre não falta o amor à terra e à humanidade, amor que é entusiasmo e afeto na forma pura da Arte, capaz, como força de criação, de penetrar no recesso da natureza e no íntimo dos mistérios humanos, deles extraindo valores que exprimem a verdadeira vida, em função do meio ou em conflito com esse mesmo meio.

Compreende-se, assim, o sucesso extraordinário de sua obra. No Brasil, "Casa Grande & Senzala" está na 10ª edição, e em França, só num ano, atingiu o

record de sete edições. O crítico literário de "Le Figaro" denominou o livro de "epopéia literária e antropológica", e os sábios do Colégio de França e da Sorbonne, como Lucien Febvre, Gurvitch, Braudel, destacaram, nele, o valor histórico-sociológico, dentro de uma nova técnica de interpretação. Nos Estados Unidos "The Master and the Slaves" é trabalho de interesse permanente e de consulta nas Universidades, conforme verifiquei pessoalmente. Quase todos os livros do humanista pernambucano estão traduzidos para o espanhol, o inglês, o francês, o alemão, o italiano, o japonês.

Exercendo uma forte influência na configuração do pensamento brasileiro, Gilberto Freyre despertou, a partir de seu famoso "Manifesto regionalista de 1926", em Recife, muitas vocações para os estudos sociais e antropológicos, e se pode afirmar que está plasmando no espírito das novas gerações algo de concreto em sentimento brasileiro, dinâmico em sua marca regional, nacional, de uma realidade universal, no estudo dos múltiplos aspectos de nossa sociedade.

A obra de Gilberto Freyre é t^oda uma nova escola de pensamento e de pesquisa.

*

A Amazônia brasileira começa, agora, a estar presente na pena do mestre de Apipucos. Todos nós, amazônicos, que admiramos a obra de Gilberto Freyre, lamentávamos a sua não direi ausência, mas o seu critério *en passant* com relação à grande área do norte do país.

Mas a vocação regional e ao mesmo tempo universal do autor de "Sobrados e Mocambos" mais dia menos dia acabaria por fixar-se nesse extraordinário laboratório ecológico. Parece que o seu interesse de identificação com a Amazônia ganhou decisivo impulso depois de uma visita mais demorada a Manaus e Belém, que empreendeu no ano de 1958.

É assim que em 1960 Gilberto Freyre já dizia, com ênfase, no prefácio de seu livro "Brasis, Brasil, Brasília":

"Nada de desprezarmos a Amazônia: sem um contacto com Manaus, Belém, a selva amazônica, ninguém pode considerar-se ou dizer-se completo em sua visão do Brasil".

O trabalho aqui apresentado, "A Amazônia Brasileira e uma possível luso-tropicologia", é uma prova de que Gilberto Freyre começa a *ver* e a *sentir* uma área ecológica de nosso país com o seu agudo poder de observação e análise.

E foi para festejar este bom evento que a chefia da Agência da SPVEA no Rio de Janeiro mandou editar o presente caderno, homenageando, também, o insígne sociólogo que há pouco recebeu verdadeira consagração da parte de escritores, artistas, pensadores, cientistas, professores, poetas, todos brasileiros, escrevendo uma série de ensaios para o livro "Gilberto Freyre — sua ciência, sua filosofia, sua arte", comemorativo do 25º ano do aparecimento de "Casa Grande & Senzala".

Quem não está de acordo com as palavras do Embaixador Gilberto Amado nesse livro de festa intelectual? Ei-las: "A leitura da Obra de Gilberto Freyre desvendou horizontes, nos fez ver não só o

Brasil que conhecíamos ou pensávamos conhecer, como o que desconhecíamos. Mostrou-nos ele, sobretudo, a muitos de nós pelo menos, como devíamos fazer para acompanharmos o desenvolvimento da sociedade brasileira. Todos somos, queiramos ou não, obrigados ao autor de "Casa Grande & Senzala".

Publicada "A Amazônia Brasileira e uma possível Lusotropicologia" no volume "Homem, Cultura e Trópico", edição da Universidade do Recife, a Agência da SPVEA no Rio de Janeiro, que tem a seu crédito um bom programa de divulgação cultural, desenvolvido nestes últimos anos, quis, de certo, levar as idéias do sociólogo e lusotropicalista ao alcance de maior número de estudiosos. Tratando-se de um assunto que toca diretamente a sensibilidade regional, a iniciativa está fadada a receber os aplausos de quantos esperam reunir em torno da Amazônia as inteligências mais lúcidas, como a de Gilberto Freyre, no propósito cívico de, através do estudo, da análise, da interpretação da região, trazê-la para mais perto do Brasil que ainda não chegou a descobri-la, a assegurar-lhe

os meios seguros e hábeis para uma verdadeira integração regional no processo dinâmico da civilização brasileira.

Gilberto Freyre iniciou e estimulou no Brasil o movimento que teve por objetivo os estudos regionais, partindo da realidade geográfica-social brasileira: "as diferentes províncias, regiões ou ilhas do continente — ou do arquipélago brasileiro — "em que está incluída "essa formidável ilha ao mesmo tempo ecológica e sociológica do arquipélago brasileiro, que é a Amazônia" (Gilberto Freyre, "Problemas brasileiros de Antropologia").

A contribuição que ele oferece em "A Amazônia Brasileira e uma possível Lusotropologia", abrindo novos caminhos para sondagem, análise e compreensão da sociedade amazônica sob o ponto de vista ecológico, é, a meu ver, de grande importância. Quanta coisa nova, por exemplo, ele destaca nos livros do Professor Arthur Cézar Ferreira Reis, quanta matéria essencial ao estudo ecológico, lusotropicalista, da Amazônia, ele extrai dos ensinamentos daquele emérito historiador, quanta sugestão interessante ele oferece!

Para uma breve conceituação do lusotropicalismo é melhor ouvirmos seu criador, em "Aventura e Rotina" : Lusotropical me parece a expressão própria a definir o que há de comum às civilizações de origem portuguesa, cuja projeção sôbre áreas quase tôdas tropicais são animadas por um sentido tropical de paisagem, de vida, de cultura, só modificado e alterado por variações secundárias de região ou de província."

Numa conferência pronunciada em Goa, no ano de 1951 (incluída no livro "Um brasileiro em terras portuguesas"), Gilberto Freyre avança um pouco mais no seu novo campo de estudos, a sociologia tropicalista — uma sociologia que é, também, história lusotropicalista, filosofia lusotropicalista, antropologia lusotropicalista — e nos explica:

"No caso dos povos lusotropicals acontece, porém, isto de singular: não deixam de ser lusos ao tomarem consciência de sua condição de povos extra-europeus, com um novo tipo de civilização a desenvolver. O Brasil, já grande nação da América desde o fim da primeira Grande Guerra,

começa a ser a primeira potência principalmente tropical sem sentir a necessidade de deixar de ser lusitana nas suas principais formas de convivência e de cultura. Ao contrário: fazendo gala de uma lusitanidade que não lhe compromete a condição de povo criador extra-europeu, e não passivamente laçao de Paris ou de Londres; de Lisboa ou de Madri."

Mais adiante, o conferencista de Goa conclue o seu pensamento: "Não há para o fato ~~de~~ penso eu ~~de~~ outra explicação senão a de que o português soube em tempo extra-europeizar-se e tropicalizar-se êle próprio. Europeizou e latinizou, e não apenas cristianizou, povos tropicais. Êle próprio, porém, em vez de rigidamente europeu ou imperialmente ibérico, extra-europeizou-se e tropicalizou-se desde o início de suas aventuras ultramarinas, amorenando-se sob o sol dos trópicos ou sob a ação ou requeime da mestiçagem tropical. Confraternizou com os povos de Côr em vez de procurar dominá-los do alto de tórres como que profiláticas onde raça e cultura imperialmente européias se mantivessem misticamente puras. Assimilou dêsses povos

valores que salpicaram de orientalismos, americanismos, africanismos, o próprio Portugal, dando à cultura e em certas áreas, à própria gente lusitana, uma espécie de vigor híbrido de que o estilo manuelino e a arte indo-portuguêsa são exemplos expressivos. Criou um mundo de valores aparentemente contraditórios mas na verdade harmônicos. Um mundo novo, uma civilização nova, uma cultura nova a que por antecipação pertenceram portugueses dos séculos XVI a XVIII para os quais nos voltamos hoje como para pioneiros do que pode, ou deve, chamar-se civilização ou cultura lusotropical".

Penso que o presente trabalho de Gilberto Freyre poderá abrir novos rumos para interpretação de fatos e problemas amazônicos, dentro do ângulo geográfico, sociológico, antropológico, econômico e histórico. Uma interpretação que seja ecológica lusotropicalista, da qual Arthur Cezar Ferreira Reis, como historiador por excelência da Amazônia, já reconheceu aplicabilidade na região, usando estas palavras no livro "Gilberto Freyre, sua ciência, sua filosofia, sua arte" : "Quan-

do Gilberto Freyre elaborou a tese vitoriosa do lusotropicalismo, evidentemente não pensara em termos de Amazônia. No entanto, a colonização portuguesa da Amazônia fôra realizada dentro daquelas linhas de ação que a distinguiram por tãda a parte onde a processaram, consagrando o acêrto da teoria".

Pois, senhores, está dito, aqui, em rápidas palavras, alguma coisa da rica personalidade de Gilberto Freyre, e, em especial, de sua teoria lusotropicalista que pela primeira vez êle aplica no processo de humanização da Amazônia. Não será justo adiar o prazer do leitor em conhecer sua "possível lusotropicalologia" em relação ao espaço amazônico. Um "possível" que se torna em certeza.

Ainda bem que todos nós podemos repetir certo crítico estrangeiro: "God be praised — Freyre can write". Graças a Deus, êle escreve muito sôbre êstes Brasis.

Rio de Janeiro, agosto 1963

Leandro Tocantins

A A M A Z Ô N I A B R A S I L E I R A

E U M A P O S S Í V E L

L U S O T R O P I C O L O G I A

— * —

*Conferência pronunciada
no Instituto de Antropo-
logia Tropical da
Faculdade de Medicina da
Universidade do Recife
pelo Professor Gilberto
Freyre.*

Venho insistindo há anos na necessidade de dar-se a uma cultura da extensão ecológica da brasileira, articulação interregional; e também na conveniência de ser a mesma cultura considerada em relação com as demais culturas desenvolvidas em vários espaços tropicais — da Ásia, da África, da América — pela gente ibérica, em geral, e pela portuguesa, em particular. É o Brasil de hoje um conjunto de culturas regionais ou sub-regionais a constituírem um dos mais vastos sistemas nacionais não só da América como do mundo. E com Portugal e com as Áfricas e o Oriente de formação e de língua portuguesa forma o Brasil um vigoroso complexo de civilização moderna, desenvolvida principalmente nos trópicos e, através, em grande parte, de cruzamento de europeus com nativos dos trópicos e do aproveitamento, por europeus, da experiência e das culturas desses nativos.

Não convém, entretanto, perderem de vista, os brasileiros, sob o orgulho do todo nacional e até binacional que consti-

tuem, a importância das regiões que concorrem para êsses sistemas já estáveis de organização de populações dispersas e de economias e culturas espalhadas a distâncias consideráveis umas das outras. É até perigoso deixarem de considerar o que há de inter-regional nessa organização, quer para efeitos práticos de administração e de política, tanto geral como econômica, quer para os platônicos, de estudo do que ela é e de meditação ou cogitação sobre o que deve ser. Perigoso porque pode a ilusão de ser o Brasil cultura ou nação monolítica em seu modo de ser cultura ou de ser nação ou de constituir com Portugal um sistema binacional de civilização, levar os brasileiros a êrros tremendos — econômicos, políticos, administrativos; e também a falsas interpretações sociológicas da chamada realidade brasileira, que é uma realidade complexa sob a aparência de simples.

Notável é a contribuição que para uma interpretação lusotropical da Amazônia hoje brasileira vêm trazendo o Professor Arthur Reis e seus discípulos. O historiador Arthur Cezar Ferreira Reis é especia-

lista já antigo no estudo não só histórico-econômico como histórico-social de uma das mais importantes regiões não apenas brasileiras como lusotropicais: a amazônica. Mas especialista em matéria regional, que não se esquece do conjunto não apenas nacional como binacional a que pertence a mesma matéria quer como paisagem, quer como história ou como cultura: resposta, primeiro portuguesa, depois lusobrasileira, ao desafio, ao homem civilizado, da selva mais agrestemente tropical com que se tem defrontado um povo moderno em qualquer parte do mundo. É pena que semelhante resposta a desafio tão insólito não tenha merecido a atenção do Professor Arnold Toynbee.

A Amazônia é, com efeito, o espaço tropical mais extenso a ser dominado ou domesticado pelo homem civilizado — pensam tropicalistas como Earl Parker Hanson que junta, aliás, a sua voz à de Cary P. Haskins no elogio ao mestiço brasileiro da região amazônica e de outras áreas tropicais do Brasil. Ao mestiço e ao indígena, ao qual o autor de *The Amazon* insiste em atribuir a dádiva à civilização moderna de

valores vegetais — vegetais e médicos — como a quinina, a cocaína, a borracha, parecendo assim não participar das dúvidas que vem experimentando o jovem e já distinto antropólogo-social, nosso compatriota, Eduardo Galvão, quanto a considerar-se herança cultural indígena "o complexo (amazônico) de ervas medicinais", é claro que colorido pela intervenção européia numas áreas e, talvez, pela africana junto com a européia, noutras.

Historiador atento ao fato econômico tanto quanto ao político, ao traço social tanto quanto ao cultural, da formação brasileira da Amazônia que nos pertence, Mestre Arthur Reis é no Brasil um estudioso já antigo das populações e paisagens luso-amazônicas. Seu conhecimento do extremo Norte do nosso País, revelado em obras valiosas, ganhou ultimamente em objetividade através do exercício de funções administrativas que para ele estiveram, longe de ser apenas burocráticas: por algum tempo as de Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia; depois as de diretor de um Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, com sede em

Manaus.

São funções que o Professor Arthur Reis exerceu à sua maneira de homem consciencioso e objetivo, escrupuloso e lúcido: pondo-se continuamente em contacto com aquelas populações e com aquelas paisagens. Com as suas necessidades, os seus problemas e as suas condições atuais de vida. Daí a importância da sua contribuição para uma interpretação lusotropical do que vem sendo a ocupação ou domesticação da Amazônia hoje brasileira.

Seus trabalhos de pesquisador do passado amazônico juntam-se aos do ecologista Gastão Cruis, aos do folclorista Peregrino Junior, aos do antropólogo Eduardo Galvão, aos dos geógrafos Gilberto Osório e Eidorf Moreira, aos do etnógrafo Frei Protásio Friel, aos do também historiador Leandro Tocantins, como afirmação de moderno domínio científico, do ponto de vista principalmente luso-americano ou especificamente brasileiro, sobre a Amazônia: sobre a sua população considerada como objeto de estudo antropológico e histórico-ecológico. Sem êsse estudo, dificilmente serão os problemas amazônicos en-

carados como merecem pelo govêrno brasileiro. Não devem ser esquecidas contribuições de caráter mais particularmente econômico ou sociológico que as já citadas, para o esclarecimento de problemas amazônicos: tais como a do jovem sociólogo Samuel Benchimol, *O Cearense na Amazônia* e as do economista Cosme Ferreira.

O antropólogo Charles Wagley, professor da Universidade de Colúmbia, é outro que vem concorrendo de modo notável para o desenvolvimento, sob moderno critério científico, dos estudos amazônicos. Do ensaio do Professor Wagley, *Amazon Town, a study of man in the tropics*, saliente-se que é livro essencial para os que se ocupam não só de assuntos amazônicos, em particular, como de problemas brasileiros de Economia agrária e de Sociologia rural em geral. Principalmente da relação dêsses problemas com o clima tropical, comum a várias regiões brasileiras, embora se apresente com suas características mais dramáticas na vasta região ou sub-região amazônica.

Para o Professor Wagley, encontra-se nesta região "a distinctive tropi-

cal way of life", formada — refere-se o antropólogo anglo-americano intimamente identificado com o Brasil, à parte brasileira da Amazônia — pela fusão da cultura ameríndia com a portuguesa, através de três séculos. Um aspecto sugestivo do complexo denominado por outro analista de fusões dessas e outras culturas em meios tropicais (com a predominância da cultura lusitana e, de início, através principalmente da exploração agrária) complexo luso-tropical.

As técnicas de exploração agrária seguidas até hoje na região amazônica, considera-as o Professor Wagley "primitivas" no sentido de arcaicas e antes ameríndias que européias. Destaca deficiências de defesa sanitária, de transporte e de comunicação comercial que se juntam para manter a região nitidamente "sub-desenvolvida" — segundo expressão hoje em moda. Serão tais condições fatalidade do meio ou do clima tropical? Serão as regiões tropicais impróprias à ocupação ou colonização pelas raças chamadas superiores?

Coloca-se o Professor Wagley, em

tre aquêles para quem é possível integrar-se a região amazônica na moderna civilização brasileira, através de meios técnicos e científicos e, sobretudo, de modificação cultural: esforço sociológico e não apenas técnico. O problema lhe parece principalmente cultural, no sentido antropológico ou sociológico de cultura. Por conseguinte complexo e, delicado, pois a modificação a processar-se não deve desprezar o que há de valioso na cultura luso-tropical já desenvolvida na região: o pesquisador anglo-americano não hesita em reconhecer na cultura luso-ameríndia, peculiar à área amazônica do Brasil: "many positive values", aos quais entende que devem ser cuidadosamente acrescentadas vantagens de técnica, de ciência e de educação modernas.

Revela o antropólogo anglo-americano sobre vários aspectos da comunidade amazônica, que estuda de modo particular, e da organização social brasileira, em geral, um conhecimento que o coloca entre os atuais estudiosos mais conscienciosos do assunto. Inclui a respeito de sutilezas da mesma organização como o compa-

drio, nas zonas rurais: assunto digno de melhor atenção sociológica. Venho instando há anos com o Professor Gilberto Osório de Andrade — geógrafo que conhece de perto a área amazônica — para que faça de tema tão sugestivo objeto de estudo sistemático e especializado.

Ao historiador Arthur Reis não é — nem podia ser — estranho, o critério antropológico-social, ou antropológico-cultural, de caracterização da Amazônia, como sub-área brasileira. Daí o valor da contribuição trazida para o desenvolvimento de uma possível lusotropicologia por historiador tão idôneo, em conferência proferida no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais: instituto interessado, pela sua natureza e pelas suas funções, no estudo do que fôr especificamente agrário na atividade das populações brasileiras da Amazônia. "A Amazônia" — disse então o Professor Reis — "para toda gente, é o espaço que se assinala no quadro político brasileiro pelos Estados do Amazonas e Pará e Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé e Acre e caracterizado, de um lado pela bacia hidrográfica do Ama-

zonas e do outro pela cobertura florestal sem par. Como espaço geográfico, porém, essa limitação política não está certa. Porque deve incluir outras áreas que não integram o Brasil, componentes que são dos quadros políticos do Peru, da Bolívia, do Equador, da Venezuela e da Colômbia. E como caracterização, serão bastantes a rede hídrica e a cobertura florestal?" A resposta do Professor Arthur Reis é lúcida, apoiado em trabalho do Professor Eidorf Moreira: "O Professor Eidorf Moreira, em magnífico ensaio sobre o "Conceito da Amazônia", passando em revista as características porque se tem pretendido dar forma material ao que seja Amazônia, examinou os conceitos hidrográficos, botânicos, políticos e econômicos e os critérios delimitativos de ordem administrativa ou legal. E lembrando que o "homem não é um elemento paisagístico acrescentado à paisagem, uma sorte de acessório destinado a orná-la ou completá-la", o que o levaria a constituir apenas "uma expressão decorativa", mas o fator geográfico por excelência e isso tanto pelas suas atividades como pela sua própria condição, tanto pelo que reali-

za como pelo que é, mostrou que, para definir a região não era possível desatender à presença do homem nas suas funções de ser político, econômico, cultural. As fronteiras que se quisesse atribuir à Amazônia para ajustá-la a êste ou aquêlo quadro e definí-la dentro de tal quadro, não podiam ser fronteiras que o ignorassem na unidade cultural que representa.

Acrescentou o Professor Arthur Reis, naquele seu trabalho, incluído pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais nas suas publicações, não ser a Amazônia apenas uma área definida pela bacia hidrográfica do Amazonas ou pela floresta equatorial imensamente grande, mas, também, pela presença de uma sociedade que se distinguiria pela unidade de cultura, representada, ponderantemente, nas atividades sociais e econômicas que realiza. E reconheceu que o legislador constituinte de 1946, cedendo à influência das idéias de que o Brasil "se afundava pela diversidade de condições de vida cultural, material e espiritual das regiões em que mais predominantemente costumamos dividir o País", não hesitou em determinar a pro-

moção de uma política que pusesse fim a essas distâncias. Distâncias que promoviam, com efeito, desajustamentos perigosos à própria estabilidade nacional. Daí o artigo 199, ter estabelecido, com relação à Amazônia, que, na execução do Plano de Valorização Econômica a União aplicaria durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária. Os Estados e Municípios da região contribuiriam com igual porcentagem.

"Como cumprir êsse objetivo de legislador constituinte?" perguntou o Professor Arthur Reis na conferência lida no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, da qual venho transcrevendo largos trechos pelo apôio que ela traz — apôio valiosíssimo — à tentativa de fixar-se como ciência ou sub-ciência uma possível lusotropicalologia. Na sua resposta indireta àquela pergunta, revelou-se mais uma vez o Professor Reis um historiador esclarecido pelos modernos estudos antropológico-sociais da região cujo passado vem estudando há anos com inteligência e paciência: "No caso da Amazônia, terá ocorrido a conqui-

ta, pelo homem, do espaço geográfico, representado êsse espaço não só no que êle significa como meio físico puro, mas também como área de possibilidades, de riquezas em potencial? O domínio teria sido verificado em sua totalidade ou só parcialmente? Aquelas forças primárias da natureza terão sido um imperativo a que êle se haja reunido? A adaptação, o equilíbrio, seriam uma ocorrência fortuita ou uma constante ponderável? Ou nos defrontaremos com um insucesso valendo como experiência fracassada?

Precisamente neste ponto é que o maior conhecedor moderno da ecologia e da história da Amazônia traz nas suas considerações, em torno da mesma Amazônia e do problema que êle constitui dentro do todo nacional do Brasil, importante contribuição para o estudo do que ela, Amazônia brasileira, representa como expressão de um complexo binacional: aquêle para o qual venho sugerindo há anos a denominação de lusotropical. A essa contribuição nenhum antropólogo moderno pode conservar-se alheio.

É considerando-se o assunto sob

critério ao mesmo tempo ecológico e antropológico-social, que a Amazônia brasileira avulta como exemplo de que há dentro de uma civilização hispanotropical, uma mais específica civilização lusotropical. Uma civilização lusotropical já bastante complexa para exigir dos estudiosos de ecologia tropical e de antropologia das miscigenações eurotropicais que a estudem através de uma ciência especial. Essa ciência especial seria a Lusotropicologia, dentro de uma mais ampla e igualmente necessária Hispanotropicologia.

A Amazônia é decerto — mostram-no principalmente os estudos do Professor Arthur Reis — parte integrante do imenso mundo tropical que, na Sul América, representa grande parte de seu conteúdo espacial. Mundo conformado por uma rede hídrica sem igual e por um conjunto florestal que não encontra nem mesmo na África, área de revestimento semelhante, em densidade, em variedade de espécies. Mais: espaço tropical em que a floresta e água são a constante da paisagem física.

"Não queremos deter-nos" — escreve a propósito o Professor Arthur Reis,

a quem já pode ser dado o título de lusotropicalista — "nos grupos de primitivos que nela viviam, à época da chegada dos luso-brasileiros e dos ingleses e holandeses que a pretenderam conquistar, ou nela ainda vivem, dispersos em pequenos núcleos que procuramos incorporar defendendo-lhes a cultura material e espiritual e assegurando-lhes direitos à existência. Esses primitivos viveram identificados com o meio físico, dêle tirando, com os poucos recursos técnicos de que dispunham, quanto lhes era indispensável ao diário. Não o alteraram nem o disciplinaram à sua vontade. Foram profundamente telúricos". Legaram, mesmo assim, aos ádvenas que os vêm ecológicamente substituindo, vasto acêrvo de cultura, hoje já simbioticamente lusotropical, que ainda não foi, entretanto, estudado, em sua pureza de contribuição ameríndia. "Todo um vasto acêrvo de usos e costumes que vão das coisas domésticas mais íntimas, alimentação, transporte, técnicas de trabalho na floresta e nas águas, às atitudes de grupo como o episódio da Cabanagem e os mutiruns, os danças-rás que tanto definem as sociedades cabo-

clas regionais," lembra a propósito o Professor Reis, que acrescenta: "Êsses primitivos, acomodados ao meio, a êle ajustados, foram, não há negar, triunfadores a seu modo."

Inglêses e holandeses — e no século XIX, até anglo-americanos dos Estados Unidos — pretenderam fixar-se na Amazônia brasileira. Mas em vão. Seduzia-os o mito da riqueza amazônica. Foram ousados. Inglêses e holandeses penetraram o Amazonas, alcançando o Tapajós. Chegaram a levantar estabelecimentos militares e núcleos de ocupação comercial. Serviam êles não a governos mas a organizações particulares, com sede na Inglaterra e na Batávia. Exploravam águas e terras amazônicas. Colheram especiaria. Interessaram-se pelo urucu e pelo peixe-boi. Chegaram a plantar, apoiados em trabalho de escravo negro, cana e tabaco; e fabricaram rum e açúcar. Mas — informa o Professor Reis — "à chegada dos lusobrasileiros, vindos do Nordeste" ou de portugueses chegados da "própria península", não ofereceram os nórdicos resistência maior. Cederam. De modo que a ocupação portuguesa seguida pela brasilei-

ra processou-se, em consequência, com certa rapidez, embaraçada apenas, aqui e ali, por grupos gentios rebeldes ou agrestes.

Aqui nos encontramos em face de uma das expressões mais dramáticas do processo de dominação de espaços tropicais por gente português e descendente de português que venho denominando processo de civilização lusotropical, certo de que há matéria para estudo especializado desse processo e de suas consequências semelhantes, em áreas diversas, embora tôdas tropicais. Estudo que, se denomine "lusotropicalologia" e seja, ao mesmo tempo, ecológico e antropológico em seu modo de ser social.

Esse esforço criador, mostram os modernos estudos das origens da atual Amazônia brasileira que processou-se muito lusitanamente; e que nêle intervieram, além de autoridades civis, militares e eclesiásticas, de missionários franciscanos, carmelitas, mercedários — e não apenas jesuítas — colonos de tôda espécie. Não só imigrados saídos dos cárceres portugueses também — e até, principalmente — casais de ilhéus, sólidos e honestos

açorianos. Foi com essa gente vária e sob essas influências diversas que começou, além da utilização econômica, a organização social da Amazônia portuguesa, hoje brasileira. Foi essa gente que começou a levar as espécies animais e vegetais nativas ao giro mercantil. Ela que sujeitou espécies alienígenas, trazidas de Caiena, do Oriente, da própria Europa portuguesa, a provas experimentais de agricultura e de criação no trópico àasperamente amazônico. Foi o caso do café, da fruta-pão, do cânhamo, da juta, das peras, das maçãs. O que não significa não ter havido saque: tôda uma série de violências brutais do homem contra a natureza. Houve. Sobretudo ao longo dos cursos fluviais. Foi principalmente assim que se coletou a especiaria denominada de "drogas do sertão". Empreendimento quase sempre cruamente predatório. Sem unidade de propósitos nem métodos que lhe dessem uma rigorosa sistemática.

Mas do Consulado de Pombal em diante, começou a haver da parte do português com relação à Amazônia uma sistemática política lusotropical. Política e não apenas aventura. Organização de esforços.

Organização de esforços com relação ao cacau, ao café, ao algodão, à cana. O gado vacum e o cavalar foram introduzidos no Marajó, no Rio Branco e no Baixo Amazonas. Estabeleceram-se pesqueiros reais. Pequenos estabelecimentos industriais para o aproveitamento da matéria prima tropical, regional, amazônica.

Desde o início do contacto do luso com a Amazônia, portugueses e gentios miscigenaram. Criaram o tipo mestiço do caboclo, integrado no meio amazônico, mas, na sua condição social, um verdadeiro marginal, vivendo — para outra vez nos servimos de informações do historiador máximo da Amazônia — "as beiradas dos rios, nos sítios, nos pontos de pesca, nas fazendas de criar." Sem a posse da terra mas a ela agarrado. Com ela identificado. Mais: "Substituindo o "tapuio", o caboclo foi canoeiro, pescador, operário das selvas, guia de expedições, soldados das unidades militares de terra e mar. Deve-se-lhe o início da investida sobre a floresta para o corte das árvores lactíferas. Sem exteriorizações gritantes, teatrais, antes parecendo um ausente, era dócil, sem ser

covarde".

Vieram, mais tarde, reforçar a operação lusitana e mestiça de dominação da Amazônia já não portuguesa mas brasileira—autocolonização, portanto—os nordestinos do próprio Brasil: brasileiros já lusotropicalis em sua composição étnica e em sua atividade cultural. Dêles o Professor Reis já traçou, num dos seus trabalhos, o mais expressivo dos retratos recordando terem constituído o contingente de maior expressão: "Não temos levantamentos estatísticos que nos autorizem o conhecimento de quantos foram. O que se pode afirmar, seguramente, é que não se estabeleceram nas cidades. Antes penetraram os altos rios da Amazônia clássica. Cursos fluviais como o Tapajós, o Xingu, o Madeira-Mamoré-Guaporé, o Purus-Acre, o Juruá, o Javari, o Jutáí, foram uma conquista dêles, que os subiram e lhes exploraram as margens na sangria incontida às madeiras lactíferas. O Acre é uma realização que lhes devemos, como empresa econômica, social e política. Inclusive política, materializada nos feitos militares que o garantiram para a soberania brasileira. Mes-

tiços, os nordestinos trouxeram para a Amazônia uma contribuição magnífica, quantitativa, sem que, todavia, houvesse modificado a paisagem com um maior domínio sobre o meio geográfico. Foram atuantes em uma frente de batalha interna que lhes custou centenas de vidas na luta que sustentaram contra a floresta, criando o ciclo da borracha silvestre. Marcaram um momento singular na história econômica do país. Asseguraram à região uma projeção ímpar nos quadros da riqueza nacional". É aspecto do assunto que foi também ferido, em trabalho recente, por outro estudioso da ecologia e da história da Amazônia brasileira: o Professor Leandro Tocantins.

Sem terem contribuído para a decisiva transformação do novo espaço, nem por isto êsses nordestinos têm sido insignificantes como civilizadores da Amazônia. Mesmo deficientes, mostraram-se desde o início de sua presença na região superiores aos europeus não ibéricos e aos anglo-americanos que tentaram em vão estabelecer-se na Amazônia: europeus e americanos representados por pequenos contingentes de franceses, suíços, espanhóis, ita-

lianos e norte-americanos, a que se viriam juntar, já nos nossos dias, em maior número e dentro de melhor sistemática, os japoneses. Aos primeiros se sabe que faltou além do sentido, o ânimo pioneiro que se conservasse diante dos obstáculos do meio tropical. Até o estabelecimento agro-industrial que subistas dos Estados Unidos tentaram organizar com idéias da permanência, nas cercanias de Santarém, fracassou. Os japoneses, estes vêm se fixando em colônias organizadas no Pará, no Amazonas, no Guaporé, e no Amapá, onde já iniciaram metódicamente cultura da juta e da pimenta do reino. Mas é evidentemente cedo para dizer-se que espécie de valor representam para a Amazônia brasileira; e se deve ser continuada a política que favorece sua segregação no espaço amazônico.

"O quadro das sociedades amazônicas, integrado por tais parcelas humanas, é um quadro que não expressa bem estar", pensa o Professor Reis, referindo-se aos atuais grupos, ainda pioneiros, de povoadores da Amazônia brasileira. Pois "os altos e baixos de seu desenvolvimento têm estado à mercê das flutuações dos mercados

consumidores de matéria prima regional. O regime das terras é o latifúndio, mercê do processo econômico vigente. A pequena propriedade, que signifique a existência do lavrador constante, não tem significação como unidade econômica. Representa muito pouco na criação de riqueza e do tipo social do rurícola. Há, em verdade, exceções aqui e ali. A zona bragantina, os trechos que circundam Manaus, já vivem na base de um trabalho menos aventureiro". Embora não representem "um marco ponderável", os grupos aí fixados já constituem "uma experiência bem sucedida". Daí poder considerar-se com algum otimismo a colonização que se oriente no mesmo sentido, servindo-se o Brasil principalmente do elemento étnico-cultural de origem ou formação lusitana — do madeirense e do brasileiro do Nordeste, sobretudo — ao qual se dê assistência e ao qual se acrescentem inteligentemente outros elementos capazes de fixação no trópico. O coreano cristão talvez deva ser um desses elementos; e não apenas o japonês.

A capacidade de integração no trópico amazônico revelou-se — e continua

a revelar-se — da parte do elemento lusitano e do seu descendente, de um modo que parece confirmar expressivamente a teoria da simbiose luso-trópico que venho esboçando desde a conferência que em novembro de 1951 proferi em Gôa; e publicada no livro *Um Brasileiro em Terras Portugêsas*. Nenhum outro europeu, por si ou por seu descendente ou continuador mestiço e portador de sua cultura modificada pelas técnicas e valores adquiridos de populações nativas dos trópicos, conseguiu até hoje firmar-se na Amazônia com a constância revelada pelo português e pelo brasileiro de origem ou formação lusitana; ou de origem ou formação principalmente ou decisivamente lusitana. Processo de colonização, a princípio, e hoje, de auto-colonização, como sugiro em trabalho escrito em inglês para a nova edição *The Encyclopedia Americana*, na qual já se acolhe, em artigo sôbre "O Brasil em perspectiva", o critério lusotropicalológico de interpretação da formação e da situação brasileiras.

Enquanto — observa Ilse Schvidetzky no seu estudo *Grundzuge der Volksrbiologie*, publicado em alemão em 1950 e no México e

em Buenos Aires em tradução espanhola, de H. F. Morck, revista por Luis Alaminos e intitulada *Etnobiologia*, em 1955 — foram europeus do Norte que povoaram, fora da Europa, regiões temperadas, avançando até Alaska, Islândia e Sibéria Ocidental, os europeus do Sul, tendo à frente espanhóis e portugueses, colonizaram regiões tropicais e sub-tropicais do Novo Mundo, nas quais, "mediante a mescla de raças", realizaram o que Schvidetzky chama "adaptação climática". Por outro lado — acrescenta, (página 115, da edição espanhola) em observação que confirma sugestão brasileira já antiga em torno do assunto — "os portugueses nunca lograram nada de essencial na América do Norte": a Terra Nova, que dominaram por algum tempo — "unicamente por meio de protestos diplomáticos contra incursões incessantes de pescadores europeus (de outras origens) que não conseguiram repelir" — foi domínio português efêmero. E no extremo Sul da América do Sul nem espanhóis nem portugueses conseguiram fixar-se. O que para o autor alemão significa que a limites climáticos de esferas de colonização vêm correspondendo

limites de adaptação de tipos biológicos: critério de ecologia física e biológica a que deixa de acrescentar, como no Brasil vem sendo acrescentado pelos estudiosos do mesmo assunto, o critério de ecologia sócio-cultural, representado por predisposições de ordem sócio-cultural que evidentemente vêm se juntando às de tipo ou ordem biológica, nos esforços quase sempre triunfantes, de aclimação de espanhóis e, sobretudo, portugueses, em terras tropicais e subtropicais.

Lembram autores alemães, citados em *Etnobiologia*, que a resistência ao impaludismo, parecendo estar diretamente relacionada com a pigmentação, assim se explicaria a tendência à extinção de indivíduos de pigmentação clara nas regiões palúdicas, onde sua presença seria esporádica; e também o fato dos melaninos de pele mais escura resistirem melhor à malária que os polinésios de pele mais clara. A raça chamada polinésia teria, aliás, sofrido, por seleção palúdica, transmutação no sentido de pigmentação mais escura, enquanto outros caracteres nórdicos se apresentam nela até hoje. São assuntos, todos

êstes, que devem ser considerados dentro de uma sistemática para a qual, aceita a denominação geral de Tropicologia, dentro dela poderia caber a ciência especial que se denominasse Lusotropologia a que se chegasse pela intermediária, Hispanotropologia.

Biologia social, seria essa ciência, em seu aspecto ecológico; mas seria também antropologia cultural, auxiliada por outras ciências sociais e pela geografia. Seriam, aliás, principalmente êstes os instrumentos científicos de que se serviria tal ciência especial, dentro daquela, geral; ou em antecipação à geral para sistematizar estudos hoje dispersos ou desconexos.

E é claro que, de certo ponto em diante, a Lusotropologia teria de preocupar-se com valores, ao tornar-se, senão uma filosofia de ação sócio-cultural para brasileiros e portugueses, em particular, e para os hispanotropicals, em geral, a base de uma engenharia social a ser desenvolvida por êsses povos em áreas como a amazônica ou a angolana. Aliás, não só a êsses povos interessa desenvolver

obras planificadas de engenharia social em áreas de clima quente; também a outros povos situados nessas áreas ou responsáveis por ela. Onde a necessidade de uma Tropicologia que, sob critério mais amplo, sistematize estudos de ecologia e antropologia tropicais, que possam ser colocadas a serviço de governos e particulares. Teria o fim de concorrer para essa sistematização mais ampla o Instituto de Antropologia Tropical, já fundado no Recife; e que tem como seu principal orientador um mestre brasileiro de Antropologia de renome mundial: o Professor Froes da Fonseca, que acaba de deixar a direção da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil.

Mais do que o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais — órgão do Ministério da Educação e Cultura, com sede também no Recife, e cujo fim específico é estudar as condições de vida e de trabalho das populações do Norte agrário do Brasil: da Bahia ao Amazonas — essa outra organização, através de estudos comparativos sobre a situação de populações tropicais — ou das condições de vida e de cultura do homem situado no trópico, em diferentes

áreas (e não apenas nas hispano — ou lusotropicals) — poderá vir a ser uma como estação antro-po-ecológica a serviço dos trópicos, em geral. Uma daquelas estações cientificamente antropológicas ou sociológicas — isto é, científicas em seus métodos de operar — imaginadas — há uma imaginação científica — por antropólogos e sociólogos modernos e equivalentes às meteorológicas; e sob esse critério, antes regional que nacional, distribuídas em diferentes partes do mundo, para contínua observação, análise e tentativa de interpretação dos diferentes tempos, ou tempos-espacos, sociais, sócio-culturais ou psico-sociais. Estações, a que se refere num dos melhores capítulos do seu livro *Human Relations in a Changing World*, (N.Y. 1949) — aquêle que dedica a "the use of Applied Social Science" — o Dr. Alexandre H. Leighton: talvez a figura máxima de mestre de estudos médico-sociais dos nossos dias e para quem "there should be research organizations attached to both the executive and to the legislative".

* Fim *

CAL

Número quatorze

Primeira Série

Composto em Vari - Typer

Impresso em Multilith na

Agência da SPVEA

Mil novecentos e sessen-
ta e quatro.

COLEÇÃO ARAÚJO LIMA

- 1- Economia da Produção
- Cosme Ferreira Filho
- 2- As Metas do Governo
- Waldir Bouhid
- 3- O Banco do Brasil na Economia do Amazonas
- Samuel Benchimol
- 4- Características Agrárias da Amazônia
- Newton Pires de Azevedo
- 5- Conceito de Amazônia
- Eidorfe Moreira
- 6- Valorização da Amazônia e sua Comissão de Planejamento
- Sócrates Bomfim
- 7- O Problema de Colonização da Amazônia
- Adriano Menezes
- 8- Navegação do Amazonas & Portos da Amazônia
- Agnello Bittencourt
- 9- Artigos de Jornal
- 10- Os Intérpretes da Amazônia
- Péricles Moraes
- 11- A Conquista Acreana
- Abguar Bastos
- 12- A Bacia do Mar Doce
- Alberto Rangel
- 13- A Geografia e as Civilizações
- Pierre Gourou
- As Verdadeiras fontes do rio Amazonas
- João Ribeiro

= Publicações Esgotadas

PÚLPITO DA IGREJA BARRÔCA
DE SANTO ALEXANDRE BELEM

SPVEA

Secção de Documentação e Relações Públicas

Av. Franklin Roosevelt, 39 - 8.º andar

Rio de Janeiro - E. G.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98).

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

